



**Discurso de agradecimento do  
Prémio de História Contemporânea da  
Universidade do Minho na edição de 1998  
Daniel Melo**

É uma grande honra ter sido considerado merecedor da atribuição do Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá e pela Universidade do Minho. Sinto-me por isso no dever de agradecer tamanha consideração aos senhores Membros do júri do Prémio, aos senhores Membros do Conselho Cultural da Universidade do Minho e ao Prof. Doutor Victor de Sá. Gostaria também de dar os parabéns ao co-premiado, com quem tenho o privilégio de partilhar o Prémio de História Contemporânea, e de desejar-lhe as maiores felicidades para o futuro.

O trabalho que apresentei a concurso reproduz integralmente a minha dissertação de Mestrado, orientada pelo Prof. Doutor Fernando Rosas e defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1997. Intitula-se *Salazarismo e cultura popular (1933-58)* e tem como tema a perspectiva oficial sobre a cultura popular durante o Estado Novo, no período que vai de 1933 a 1958.

Em termos gerais, pretendi analisar a origem duma política particular, as suas propostas e concretizações, relações com outras áreas de acção, resultados

e implicações em termos sócio-culturais. Procurei abarcar um período de tempo suficientemente lato, que permitisse confirmar as grandes linhas de força, bem como as mudanças conjunturais ou os acidentes de percurso. Recuou-se o estudo a 1933, para abarcar a fase decisiva de institucionalização do regime salazarista, desde logo iniciada com as Casas do Povo e o SPN. Estendeu-se o limiar cronológico até 1958, por ser uma data de demarcação consensual, não só pela convulsão política provocada pela campanha eleitoral do gen. Humberto Delgado como pelas grandes mutações sócio-culturais que se avizinham, desde logo prenunciadas com o advento da RTP e da Fundação Calouste Gulbenkian. A orientação do trabalho teve ainda em conta a necessidade de entender o discurso oficial como uma articulação dinâmica e persistente entre teoria e prática, ou melhor, entre representações ideológicas e práticas culturais.

Como ponto de partida, interessava inquirir sobre o alcance duma política cultural particular dirigida ao povo, ou seja, à maioria da população. Apesar da presença de estudos relevantes sobre o salazarismo, não existia ainda um estudo específico que ensaiasse um balanço alargado da política cultural oficial para o popular. Tentou-se, portanto, colmatar esta lacuna historiográfica através dum levantamento o mais abrangente possível do mapa programático, detectando as propostas particulares da política cultural e inserindo-as no contexto mais genérico da produção ideológica e das relações entre o aparelho estatal e a sociedade civil. Com efeito, a política cultural salazarista cedo integrou uma componente ideológica importante, cabendo ao respectivo espaço institucional e seus agentes uma parte fundamental da inculcação ideológica.

Numa segunda fase, estabeleceu-se os contornos dessa política cultural, i.e., delimitou-se os seus principais pressupostos ideológicos, finalidades, campo de actuação e resultados alcançados. Nesse sentido, verificou-se criticamente a tese do universo rural como fonte inspiradora para a elaboração dum modelo cultural próprio, e suas implicações: uma vigência duradoura, estruturante e, acima de tudo, o alargamento da sua experimentação inicial no espaço campesino ao espaço urbano, encerrando uma ambição globalizante. Por detrás desta orientação, encontrava-se uma constelação ideológica suficientemente consolidada e orientada (ainda que genérica), tornando possível a sua transposição num labor institucional, coerente e persistente. A ponderação dos seus efeitos constituiu uma terceira fase da análise.

Por fim, testou-se a validade da tese que afirmava a resistência da sociedade civil ao programa estatal. Esta problemática abriu caminho a duas reflexões: por um lado, permitiu entender até que ponto a estratégia de dominação oficial ultrapassou o recurso exclusivo ao método persuasivo, articulando-o com a negociação e a repressão; por outro lado, colocou a questão de saber se o conflito duradouro pela hegemonização cultural não implicava a existência de projectos concorrenciais e/ou alternativos, estimulando assim uma verificação complementar dos limites da política salazarista.

Neste sentido, a presente dissertação foi organizada em 3 grandes núcleos. Na primeira parte, estuda-se o campo teórico da cultura popular portuguesa. No capítulo inicial analisei sucintamente alguns contributos relevantes da investigação historiográfica recente relacionados com o tema de estudo. Para complementar esta reflexão actual, no capítulo II delimito o conjunto de representações oficiais informadoras do discurso sobre a cultura popular. Por razões de economia discursiva, nele se incorporam 4 abordagens paralelas: uma primeira que toma a interpretação pessoal de Salazar como referencial da recriação da nostalgia ruralista; uma segunda que se detém na análise crítica de exemplos representativos da produção doutrinária particular operada no interior dos organismos centrais: o SPN/SNI, a FNAT e a Junta Central das Casas do Povo (JCCP); uma terceira, acompanha o labor oficial no domínio etnográfico, estabelecendo os vínculos instrumentais para a legitimação do nacionalismo salazarista; uma quarta e última, ocupa-se da educação popular como elemento integrador das necessidades políticas num programa de desenvolvimento sócio-económico.

Na segunda parte aferi o impacte das realizações para a cultura popular, ao nível da organização corporativa e do restante universo institucional. A análise concreta das práticas culturais oficiais pretendeu ser tão abrangente quanto possível, no sentido de esclarecer uma lógica transformadora e uniformizadora para a cultura popular. Assim, analisaram-se as concretizações nos sectores da literatura, da leitura, da edição, do folclore e etnografia, do espaço museológico e expositivo, etc.

A terceira e última parte do trabalho destinou-se à reflexão sobre a resistência da sociedade civil ao programa totalizante do Estado Novo. Através de um estudo de caso, problematizou-se a importância da neutralização de projec-

tos culturais concorrentes e alternativos, ao mesmo tempo que se elucidou a necessidade de uma constante negociação em torno de questões sobre a vivência cultural do quotidiano, especialmente no tempo festivo e/ou de lazer.

Ao longo da dissertação, insistiu-se na verificação do modelo ruralista-tradicionista para a cultura popular. Esta opção não se deveu unicamente à necessidade de restringir o âmbito de análise, mas resultou, sobretudo, da sua predominância efectiva. Com efeito, foi possível comprovar a preponderância dum paradigma tradicionalista assente na defesa dos valores e práticas pretensamente oriundas dum universo campesino.

Em primeiro lugar, ao nível da própria doutrina, sendo desde logo possível determinar as modelações teóricas de enquadramento privilegiado: a etnografia e o folclore. Por outro lado, a análise da perspectiva dominante sobre a educação popular nas primeiras décadas do salazarismo (anos '30 e '40), evidenciou a inexistência de abertura face a modelos concorrenciais no interior do regime. A educação formativa tornou-se, assim, uma preocupação essencialmente ideológica. Ou seja, ao mesmo tempo que convocava uma fonte de legitimação política, sugerindo uma identificação profunda com a comunidade que representava, o Estado Novo condicionou fortemente a determinação do universo de valores integrantes duma identidade global. A instrumentalização da política cultural para a maioria da população portuguesa inscreve-se no próprio enunciado do conceito de cultura popular, uma vez que este era entendido como cruzamento da cultura tradicional do povo com a transformação da mentalidade popular através da acção estatal. Por isso, tal como Salazar esclarecera, a educação política era o meio privilegiado de purificação das almas, no sentido da mudança para uma mentalidade nova, resgatada das convulsões ateístas e democráticas promovidas pelo regime político anterior. Esta flutuação (ou ambivalência) duma concepção definidora do povo como sujeito e objecto de cultura em simultâneo, permitiu ao Estado Novo desenvolver de forma mais extensiva a sua actividade, promovendo a ilusão duma simbiose perfeita. A campanha do «reaportuguesamento de Portugal», um mote célebre do salazarismo, promovia o reencontro da Nação consigo mesma, o que significa o retorno às origens, ou seja, a convocação da tradição como valor central para a acção (política). Deste modo, o regime pôde consagrar uma intervenção própria sobre e para o povo assente na pretensa recuperação da sua genuinidade cultural. Em suma, o regime exigia que os

seus valores fossem facilmente percebidos como pertencentes ao próprio universo de valores perenes da comunidade, mas para que esta operação tivesse êxito eram necessários 2 requisitos: 1.º) atribuir aos valores ditos populares uma dimensão omnimoda, i.e, a possibilidade de estarem presentes em muitas formas; 2.º) combater os universos concorrenciais exteriores.

Da análise dum conjunto de iniciativas culturais do regime foi possível elucidar a ambição totalizante do regime, ou seja, o campo do popular foi uma componente determinante para a afirmação extensiva da presença político-ideológica oficial. Desde logo, esta tese é sustentada pela função instrumental das instituições destinadas à política cultural específica. Assim, a organização corporativa, que articulava a rede das Casas do Povo com a acção centralizadora da FNAT, da JCCP e da Junta de Acção Social (JAS), promoveu a difusão duma certa vivência cultural quotidiana através da delimitação dos conteúdos programáticos a introduzir numa série de modalidades culturais (bibliotecas, cinema, teatro, museus etnográficos rurais, artesanato, ranchos folclóricos, grupos corais, jogos, desportos, etc.). Note-se que o raio de acção virtual abarcava todo o espaço rural, incluindo algumas vilas e cidades de província.

Por outro lado, a sociedade civil foi objecto duma estratégia de enquadramento capilar. O associativismo popular, espaço por excelência de afirmação das sociabilidades culturais, foi fortemente limitado pela existência duma dupla rede institucional estatal: a das Casas do Povo, que começaram a ser fundadas em 1933, e a da FNAT, por intermédio dos Centros de Alegria no Trabalho, criados por volta de 1941, e mais tarde combinados com os Centros de Recreio Popular. A sua intervenção institucional estava protegida por um dispositivo jurídico legal que, não só discriminava e reprimia a concorrência de instituições independentes, como em determinados casos as obrigava a integrar a rede corporativa. Esta rede abarcava ainda as Casas dos Pescadores e os Sindicatos Nacionais, todavia restringiu-se a análise ao universo campesino, uma vez que foi nele e para ele que foi especialmente formulada uma política cultural. Com a associação das práticas culturais às concepções teóricas o regime pretendeu demonstrar que a cultura popular rural era efectivamente uma reserva moral dos valores nacionais seculares. Por outro lado, a defesa da preservação dos usos e costumes tradicionais ainda activos no universo campesino possibilitou uma maior identificação com os destinatá-

rios rurais da política cultural para o povo. Outro factor de aproximação importa destacar: as modalidades de representação grupal ritualizada assentes na identificação ou sugestão folclóricas foram um meio privilegiado de integração da cultura popular na organização corporativa, ou melhor, de enquadramento numa determinada concepção ideológica da sociedade. Um dos exemplos mais esclarecedores desta sintonia foi a promoção dos ranchos folclóricos.

Para além da organização corporativa, verificou-se a correspondência do modelo ruralista-tradicionista na actuação doutras instituições oficiais. Assim, o SPN foi o organismo centralizador que mais cedo promoveu esta específica operação de reconhecimento simbólico e ideológico da cultura tradicional. Através da valorização de aspectos particulares da cultura popular de raiz tradicional, reforçou-se a operação de estetização da política salazarista. Verificou-se esta orientação através da análise dos conteúdos propostos em representações oficiais a certames internacionais e nacionais, de que o caso paradigmático foi a Exposição do Mundo Português (1940). Nelas sobressaiu o apelo estético proporcionado pela exposição de espécimes da criação cultural popular, indissociável da sua encenação visual em cenários artisticamente concebidos. Por outro lado, procurou-se centrar a vivência popular festiva em torno de representações de sugestão folclórica, por via de vários espectáculos musicais ou terpsicóricos. Além disso, o Secretariado coordenou uma estratégia de recuperação e revitalização de manifestações tradicionais, a maioria relacionada com motivos da religiosidade católica, e organizou um conjunto de iniciativas próprias, mormente nos sectores do cinema, teatro, bailado e turismo. As suas actividades permitiram desenvolver o estilo oficial de sugestão folclórica, assente no cruzamento de referências eruditas e populares. O condicionamento do artista moderno à inspiração em bases etnográficas teve a sua consagração institucional no Museu de Arte Popular (fundado em 1948), encerrando um itinerário que começara no Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal (1937). Por outro lado, alguns eventos festivos patrocinados pelos municípios incorporaram o modelo ruralista-tradicionista no seu figurino. Foi o exemplo das marchas populares de Lisboa, destacadas em estudo de caso.

A literatura foi um dos sectores culturais onde se registou um maior conflito com propostas alternativas. A incapacidade para elaborar um núcleo literário oficial nos primeiros tempos obrigou a uma maior vigilância e selectividade na

composição dos recheios bibliográficos das bibliotecas oficiais. Inicialmente, a etnografia foi a disciplina reordenadora dos vários saberes (JCCP, 1945 em diante), sendo posteriormente substituída pela componente histórico-nacionalista. Neste sentido, destaque-se a intervenção do SNI com as suas bibliotecas ambulantes (1945-49) e depois da JAS (1959 em diante). Saliente-se ainda a importância das bibliotecas do Plano de Educação Popular (PEP), que firmaram definitivamente a necessidade de articular o princípio ideológico com as necessidades de formação técnica e tecnológica. A relevância do PEP foi, porém, mais profunda: permitiu a revitalização da edição oficial, a constituição dum núcleo literário próprio, a promoção da leitura popular e a afirmação da dinamização cultural integrada (através da combinação do teatro, cinema, exposições, bibliotecas, imprensa, edição cinematográfica e literária, alfabetização). Esta nova orientação, estimulada sobretudo pelo Ministério da Educação Nacional, foi possível graças à promoção duma campanha de alfabetização, na qual desempenhou um papel multiplicador a Campanha Nacional de Educação de Adultos. A política cultural para o povo regista então um centramento (ainda que efémero) na educação popular, meio por excelência da formação e da qualificação pessoais e colectivas, importante para uma maior difusão dos conteúdos programáticos, sobretudo da leitura. Um novo paradigma entra em concorrência com o anterior, e alastra gradualmente a outros domínios, como o das exposições.

A etnografia, apesar da sua promoção ideológica enquadrada na afirmação dum nacionalismo cultural, nunca teve um patrocínio à altura das suas implicações estruturais, como tentei comprovar nas análises sobre as dificuldades de afirmação do campo científico e académico da antropologia cultural, a difusão do artesanato, a edição literária, o levantamento etno-musicológico e a programação da rádio oficial.

O exercício da persuasão não invalidou a necessidade da negociação em torno de determinadas manifestações culturais. As instituições do associativismo popular foram eleitas como espaço de afectividade e sociabilidade lúdica, artística, cultural e de contacto e liberdade dos corpos através de fenómenos ritualizados (o fado, a dança, o baile, as marchas, etc.). Nesse sentido, o regime invocará insistentemente uma certa moral para refrear a liberdade corporal, incentivará o desporto para a disciplina física, e criticará as modalidades culturais que pretensamente induziam ao desregramento de costumes. Por

outro lado, o facto da sua orgânica impor um modelo democrático de funcionamento favoreceu a implicação do associativismo popular como baluarte da resistência política através da afirmação duma cultura alternativa ou concorrencial ao modelo oficial. O regime, contudo, teve dificuldade em conceber as práticas sócio-culturais fora do seu esquema ideológico preconcebido. Não obstante, verificou-se a sobrevivência dum programa cultural alternativo, representado no associativismo cultural federativo.

Através do estudo particular da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio foi possível esclarecer os efeitos da negociação entre a sociedade civil e o Estado. Quando a projecção nacional do federativismo cultural estava eminente, o regime combateu essa tendência através da radicalização político-ideológica. Esta postura foi comprovada pela crítica do apoliticismo da Federação, expresso no projecto estatutário de 1940, e serviu de justificação para a recusa do reconhecimento oficial. A incapacidade de aceitar a existência de propostas alheias à orientação oficial foi sobretudo notória por parte da cúpula corporativa, em especial dos dirigentes da FNAT. Por outro lado, verificaram-se grandes limitações na definição duma política oficial para a cultura popular urbana. Exemplificativa dessa situação foi a estratégia promovida pelo SNI, a entidade a quem cabia a tutela das sociedades recreativas e que realizou uma intervenção cultural específica muito limitada, atendendo às suas competências e aos projectos apresentados. Este fracasso, assumido pelo próprio António Ferro, reforça a centralidade atribuída ao modelo ruralista-tradicionista. No entanto, constatou-se que o regime pretendeu enquadrar as actividades culturais da sociedade civil através das suas instituições, mas só quando estas estavam relativamente organizadas e habilitadas para desempenhar funções específicas, como sucedeu nomeadamente com a FNAT e o SNI.

Finalmente, quando as medidas de imposição da normalidade oficial não eram acatadas promoveu-se o saneamento político-policial, o que se comprova pela intervenção repressiva num conjunto de associações culturais de carácter popular. A razão da força não conseguiu neutralizar totalmente a criação autónoma da alteridade. Por isso, o associativismo cultural sobreviveu como representante da independência da sociedade civil. O estudo particular do projecto cultural federativo permitiu elucidar esta tese, demonstrando em simultâneo que o alargamento do círculo de realizações ao conjunto das filiadas foi fundamental para a afirmação pública da unidade e projecção do meio associativo independente.



